

As ondas eleitorais

Gaudêncio Torquato(*)

O campo eleitoral costuma ser movimentado por ondas

Que circulam de cima para baixo e de baixo para cima, absorvendo climas, circunstâncias, discursos e canalizando esse conjunto de inputs na direção de potenciais perfis, principalmente candidatos a pleitos presidenciais.

Em face da competitividade alcançada pela eleição deste ano, a atenção maior se volta para aqueles que pleiteiam o assento no Palácio do Planalto, razão porque figurantes estaduais, a poucos meses antes do pleito, não ganham tanta projeção quanto os protagonistas presidenciais.

As ondas ganham o empuxo do momento, empurrando para cima perfis que parecem responder às demandas imediatas da sociedade. As demandas, por sua vez, retinuem ansiosos, expectativas, frustrações do povo para com governantes e suas políticas, e contextos que levam em conta heranças do passado e esperanças do eleitor em relação ao futuro.

No caso do Brasil, a leitura do momento exige um país que afundou na maior recessão econômica da história; a ascensão de um novo governante sob a decisão congressual de afastar a presidente; reformas – teto de gastos, trabalho, educação, terceirização etc – não suficientemente explicadas e entendidas pela sociedade; o maior processo de investigação da corrupção em todos os tempos, com envolvimento de altos empresários, políticos e governantes; prisão do líder mais populista do país; tentativa de um partido de tornar vítima seu líder maior e, dessa forma, retornar ao centro do poder, depois de 13 anos de comando do país; indignação social contra a classe política; volta de uma polarização do discurso que tem como lema “nós e eles”; dispersão do campo político; situação falimentar de Estados e Municípios; extrema violência que assola os quatro cantos do país; e precarização dos serviços públicos.

Essa é a moldura que está por trás dos agentes que se apresentam como pré-candidatos em outubro próximo à

Presidência da República. Sob a influência de alguns traços do cenário, o eleitor faz suas primeiras escolhas. De um lado, um partido organizado, com militância aguerrida, que proclama todo tempo ter sido responsável pelo “melhor governo que o Brasil já teve em todos os tempos”, sem abrir ouvidos ao maior rombo do Tesouro por eles provocado no governo da presidente impichada.

O “Salvador da Pátria”, mesmo preso, continua sendo elevado aos píncaros da glória, graças ao carisma que ainda detém. O que explica a margem histórica de 30% que lhe dão pesquisas de intenção de voto. De outro lado, emerge a figura que faz o papel de contraponto, um perfil de extrema direita, ex-militar que sustenta o discurso da ordem contra a bagunça, sob os lemas de “bandido bom é bandido morto”, “soldado bom é aquele que mata”.

Jair Bolsonaro, pois, é empurrado para o alto pela temperatura ambiental, enquanto Luiz Inácio está, como esteve antes, sendo impulsionado pela onda petista, muito forte mesmo contra ventos que levam o petismo para a profundidade oceânica. Será que ambos sustentariam seus índices até outubro?

Lula está praticamente fora do jogo, eis que, mesmo sendo solto, deverá entrar na lama do ficha-suja. Tudo indica que será impedido pelo TSE e seu substituto não levaria seus votos. Bolsonaro representa a sociedade indignada, mas não o voto mais consciente e racional das maiores parcelas das classes médias. Terá poucos segundos de TV para fazer sua campanha.

Estamos dividindo outras ondas carregando Joaquim Barbosa, Marina Silva e Ciro Gomes. Ondas revoltas. Quando o mar estiver menos agitado, será razoável supor que outros perfis poderão ascender na escada eleitoral. A decisão do eleitor muda segundo as circunstâncias.

Por enquanto, os ventos do outono puxam os perfis. Aguardemos a ventania do inverno e o sopro do verão.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. Twitter@gaudortquato.

Pedida providências para crise da imigração venezuelana

Waldemir Barreto/Ag.Senado



Senador Telmário Mota (PTB-RR).

O senador Telmário Mota (PTB-RR) voltou a cobrar do governo federal medidas urgentes para conter a imigração dos venezuelanos que, segundo o parlamentar, muito tem prejudicado os roraimenses. Telmário ressaltou que esse pedido de providências vem sendo feito desde o final de 2015, quando teve início a crise no país vizinho, mas disse que o governo brasileiro tem agido com indiferença.

Telmário Mota afirmou que Roraima vive uma economia fraca, com pouca participação da indústria e da agropecuária, e que 75% a 80% da receita

do estado tem vindo apenas do Fundo de Participação dos Estados.

Por esse motivo, o senador assegurou que o estado não tem suporte para uma imigração de massa como a que vem ocorrendo, o que tem gerado, só na parte educacional, um aumento de demanda de quase 400%.

“Na parte de saúde, são números assustadores; na segurança, não se fala. E o pior que o recurso que o Governo Federal até hoje efetivamente encaminhou ao governo do Estado, não chegou a R\$ 400 mil ou 500 mil”, disse (Ag.Senado).

Câmara pode votar hoje projeto que cria Cadastro Positivo

O plenário da Câmara dos Deputados pode votar hoje (8) o chamado Cadastro Positivo, projeto de origem do Senado, que permite que instituições financeiras incluam informações no sistema sem autorização específica dos clientes

O banco de dados deve substituir o cadastro que já existe, mas, por ser optativo, não funciona na prática. Atualmente, o sistema reúne seis milhões de consumidores.

Segundo o relator da medida na Câmara, deputado Walter Ihoshi (PSD-SP), a perspectiva da proposta é incluir 100 milhões de consumidores no Cadastro Positivo. Com a obrigatoriedade proposta pelo projeto, os gestores de bancos de dados terão acesso a todas as informações sobre empréstimos quitados e obrigações de pagamento que estão em dia de pessoas físicas e jurídicas para formação do histórico de crédito.

Esses dados poderão ser usados por instituições financeiras para a criação de uma espécie de ranking de bons pagadores. O projeto estabelece que o banco comunique



A perspectiva da proposta é incluir 100 milhões de consumidores no Cadastro Positivo.

o cliente sobre a inclusão no cadastro, além de informar os canais disponíveis para o cancelamento desse cadastro no banco de dados.

Segundo o relator, a expectativa da proposta é tornar o crédito mais barato no país e estimular a educação financeira de consumidores brasileiros. “Não se pode dizer que a medida vai favorecer grandes bancos no

país, porque eles vão ter que competir para oferecer o crédito mais baixo ao consumidor”, avalia Ihoshi.

Contrário à proposta, o deputado Pompeu de Matos, (PDT-RS) argumenta que os bancos têm interesse na aprovação da medida. Ele associou a proposta à cobrança de bagagem pelas companhias aéreas para forçar a diminuição dos

preços das passagens. “Nesse famoso cadastro, o que tem de positivo é somente para os bancos. A gente entrega para eles o que a gente vê e eles recebem lá o que a gente não vê e aí manipulam e daqui a pouco estamos entregando o nosso sigilo: as informações que são de cada um, de cada cidadão. Nós estamos abrindo mão no nosso sigilo”, disse (ABR).

Em debate os empréstimos a outros países

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara debate amanhã (9) empréstimos dos bancos públicos brasileiros para outros países. O debate atende a requerimento do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA).

O parlamentar destaca que denúncias em relação aos empréstimos concedidos por bancos públicos brasileiros para outros países. Considero de fundamental importância a realização desse debate para contribuir com a decisão que essa comissão precisa adotar para o tema”, afirma. Foram convidados para o debate, além de representantes do Ministério da Fazenda e do Banco Central:

- o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro; o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira; e

o gerente executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Padovani (Ag.Câmara).

MP que cria fundo de compensação ambiental tranca pauta no Senado

A pauta do Plenário do Senado de hoje (8) encontra-se travada pelo projeto apresentado em substituição à MP que cria um fundo de compensação ambiental. Já aprovada na Câmara, a proposição tramita em regime de urgência e perde a vigência em 13 de maio. A compensação ambiental é prevista na Lei 9.985/2000 e deve ser paga pelos responsáveis por empreendimentos com expressivo impacto ambiental, como a construção de fábricas de grande porte ou hidrelétricas.

Os recursos do fundo vão viabilizar a criação de áreas de preservação já previstas, além de ajudar na fiscalização dos parques existentes e na contratação de mais brigadistas para combater os incêndios florestais.

Caberá ao ICMbio selecionar sem licitação um banco público para criar e gerir o fundo, a ser formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. Apresentado pelo senador Jorge Viana (PT-AC), o projeto acolheu a permissão para que serviços, áreas ou instalações



Estação Ecológica de Águas Emendadas localizada no planalto central brasileiro, a 50 km do centro de Brasília.

de unidades de conservação federais sejam concedidas para a exploração de atividades de visitação.

A proposição também autoriza o ICMbio e o Ibama a contratar pessoal por tempo determinado pelo período de dois anos, prorrogável por um ano. Antes da MP, o prazo máximo de contratação era de seis meses. Uma das finalidades é o combate a incêndios, que não estará mais restrito a unidades de conservação.

Os funcionários contratados temporariamente para atuar na

preservação poderão agir em caráter auxiliar em ações de conservação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas; no apoio auxiliar em projetos de preservação, uso sustentável, proteção e apoio operacional à gestão das unidades de conservação; no apoio à identificação, à demarcação e à consolidação territorial de unidades de conservação; e no apoio a ações de uso sustentável, monitoramento, manejo e pesquisa de espécies nativas de interesse econômico (Ag. Senado).

Projeto obriga preso a ressarcir despesas com sua manutenção

O preso deverá ressarcir o Estado das despesas com sua manutenção. A determinação está no projeto do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que será debatido em audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça hoje (8). O projeto altera a Lei de Execução Penal para determinar que o ressarcimento é obrigatório, independentemente das circunstâncias, e que se não possuir recursos próprios, o apenado pagará com trabalho.

O autor alega que, se a assistência material for suportada pelo preso, sobrarão recursos para serem aplicados na saúde, educação e infraestrutura do país. O pedido para realização do debate foi feito pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). O senador afirma que o crime cometido pelo condenado gera gastos e despesas posteriores em desfavor do erário. Por isso, considera uma medida acertada



O projeto trata de um ressarcimento de natureza cível.

e necessária o ressarcimento das despesas com a manutenção de um preso, sobretudo daqueles que possuem recursos próprios.

Caiado ainda chama atenção para o fato de o projeto, apesar de alterar a LEP, tratar de um ressarcimento de natureza cível, ou seja, afirma ele, não se está falando em punir o

condenado mais de uma vez pelo crime praticado. Foram convidados representantes do Ministério da Segurança Pública, do Departamento Penitenciário Nacional, do Conselho Nacional de Justiça, da OAB, do MPT e do Conselho Nacional do Ministério Público (Ag.Senado).

Regulamentação de atividades do trabalhador aeroportuário

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público do Senado debate hoje (8) proposta que regulamenta as atividades fundamentais do trabalhador aeroportuário. O debate atende a requerimento do deputado Cabo Sabino (Avante-CE).

O parlamentar destaca que a realização de audiência pública busca esclarecimento sobre o conteúdo da proposta, no que diz respeito às atividades fundamentais do trabalhador aeroportuário e à segurança das movimentações das aeronaves nacionais e estrangeiras, que

trafegam no espaço aéreo brasileiro ao proteger as atividades incluídas.

Foram convidados: o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo (Sineata), Edgar Luiz do Nascimento; o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina), Francisco Lemos; o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Proteção ao Voo (SNTPV), Jorge Carlos Botelho; e o diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), José Ricardo Botelho (Ag.Senado).